



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA/PB

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (CEEE/PB)		
Reunião	Ordinária	Nº 342ª
Decisão da CEEE	Nº 125/2019	
Referência	Processo nº 1100494/2019	
Interessado	OKI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A.	

EMENTA: Aprova o **DEFERIMENTO** da solicitação de baixa de registro de Pessoa Jurídica, apresentado pela empresa OKI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Elétrica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (PB), reunida em sua Sessão Ordinária nº 342ª, apreciando o processo nº 1100494/2019, que trata sobre requerimento de baixa de registro de Pessoa Jurídica, apresentado pela empresa OKI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A. (Filial), CNPJ 16.564.682/0006-00, Reg. CREA-PB sob o nº 341731-0, estabelecida na Avenida Cruz das Armas, 1391 – João Pessoa/PB, registrada neste Conselho desde 10/12/2014, para tanto anexou ao requerimento Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ, em que consta como objetivo social: 62.09-1-00 - *Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação* 46.51-6-01 - *Comércio atacadista de equipamentos de informática* 46.51-6-02 - *Comércio atacadista de suprimentos para informática*. Porém, na cópia da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica expedida pelo CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) com data de emissão de 19/03/2019, constam como objetivo social: (a) *Dedicar-se ao desenvolvimento de projetos, fabricação de produtos, na forma de produção própria ou para terceiros, comercialização, licenciamento, aluguel, importação, exportação e distribuição, inclusive por meio de representação de outras sociedades, de (i) tecnologia da informação, equipamentos e máquinas de comunicação e telecomunicação; (ii) equipamentos eletrônicos, eletroeletrônicos, mecânicos e eletromecânicos; (iii) componentes, subconjuntos, acessórios, complementos, artigos de consumo, ferramentas e outros produtos similares; (iv) componentes microeletrônicos, semicondutores e módulos de memória; (v) software, sistemas de automação eletrônica e produtos similares; (vi) moveis e produtos e similares; (b) Oferecimento dos serviços: (i) infraestrutura, instalação, assistência técnica, manutenção, assessoria técnica, treinamento, processamento de dados e serviços relacionados, a distancia e in loco, monitoramento, limpeza, integração de sistemas de automação eletrônica e produtos similares, bem como quaisquer outros serviços relacionados à tecnologia da informação e a equipamentos e sistemas de comunicações, incluindo, mas não se limitando, à prestação de serviços de manutenção e reparo de instrumentos de pesagem; (ii) relacionados à internet e à transmissão, tratamento, recepção e armazenamento eletrônico de quaisquer referidos dados; e (c) a participação e quaisquer empresas na qualidade de sócia, quotista ou acionista no território nacional ou no exterior; estando habilitada para exercer suas atividades, circunscrita às atribuições de seu Responsável Técnico, e; **considerando** que o objetivo social da empresa requerente – elencadas na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica expedida pelo CFT, desenvolve atividades que também são fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea, antes mesmo do advento da Lei 13.639/18, posto que possui atividades no seu objeto social vinculadas a Modalidade de Engenharia Elétrica que a obrigam ao registro neste Regional nos termos das Leis 5.194/66 e 6.839/80; **considerando** que o Técnico em Eletrônica OLISBERTO GRANGEIRO DA SILVA, CPF: 027.506.124-89, elencado como RT da empresa requerente junto ao CFT, teve seu registro transferido para o CFT por*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA/PB

força da Lei Federal Nº 13639/2018, que criou os Conselhos Federais e Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas. E que o Técnico em Eletrônica possui atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002; **considerando** que devem ser observados os limites estabelecidos no Art. 6º da Resolução n.º 278/83 - *Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem pelas características de seu currículo escolar, consideradas, em cada caso, apenas as disciplinas que contribuem para sua formação profissional*; **considerando** que em nenhum momento a Lei 13.639/18 revogou a condição dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia de fiscalizarem pessoas jurídicas que desenvolvem atividades das profissões vinculadas, dentre elas a Engenharia Elétrica; **considerando** que permanecem válidas e vigentes as Resoluções emanadas pelo sistema CONFEA/CREA e Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), incabível que um Conselho autue e/ou impeça profissional de outro Conselho de exercer atividade que esteja, ao mesmo tempo, prevista na Resolução de um e de outro Conselho, presumindo que os Conselhos pautarão seu atuar pelo princípio da legalidade; **considerando** o Art. 9º da Resolução 336/1983: “*Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades e quando seu ou seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma*”; **considerando** a análise emitida pela Assessoria Técnica aos Colegiados (ATEC) deste Conselho, e diversas decisões plenárias do CONFEA que tratam de assuntos correlacionados ao presente processo, dentre elas: PL-0827/2013, PL-0758/16, PL-0943/16, PL-0921/17, PL-1998/17, PL-2314/17 e PL-1374/18, em que se pode constatar que a baixa de registro da pessoa jurídica não é um caso previsto explicitamente na legislação do Sistema CONFEA/CREA; **considerando** parecer da AJUR favorável ao deferimento de solicitação de baixa de registro de pessoa jurídica em processo similar (Processo Nº 1100017/2019), **DECIDIU** aprovar por unanimidade o Parecer do Relator, ou seja, pelo **DEFERIMENTO DA BAIXA DE REGISTRO DA EMPRESA** neste regional. Sendo recomendado que o CREA-PB: (1) solicite que a empresa proceda a baixa de suas ARTs em aberto e demais pendências eventualmente existentes junto ao Crea/PB, como fatores condicionantes para efetivação da baixa de registro; (2) informe à empresa requerente que, destarte o fato de seu registro junto ao CFT, permanecerá sujeita à fiscalização do CREA quanto à execução de obras e serviços exclusivos ao âmbito do Sistema CONFEA/CREA; (3) informe ao profissional elencado como RT da empresa requerente junto ao CFT, que suas atribuições são especificamente aquelas previstas na legislação vigente para Técnico em Eletrônica, podendo o CREA-PB autuar a empresa ou o profissional por exorbitância de suas atribuições profissionais, caso venha executar obras e serviços que extrapolem os limites definidos na legislação aplicável; (4) inclua a empresa em seus planos de fiscalização, e caso constatado o exercício de atividades que extrapolem os limites de atuação do profissional responsável técnico, proceda a lavratura dos devidos autos de infração, tais como: falta de registro no Crea-PB por executar atividades de responsabilidade exclusiva dos profissionais do sistema CONFEA/CREA; e/ou falta de anotação de ART por profissional devidamente habilitado, com atribuições necessárias à execução das atividades técnicas. Coordenou a sessão o Senhor Eng. Elétric. Antônio dos Santos Dália, estiveram presentes os Senhores Conselheiros: Orlando Cavalcanti Gomes filho (SENGE-PB), Franklin Martins P. Pamplona, Antônio da Cunha Cavalcanti (CEP) e Luiz Valladão Ferreira (ABEE-PB).

Cientifique-se e cumpra-se.

Campina Grande, 23 de agosto de 2019.

Eng. Elétric./Mestre em Eng.^a Elétrica e de Computação Antônio dos Santos Dália
Coordenador da CEEE – CREA/PB
(Documento assinado eletronicamente)

Av. Dom Pedro I, Nº 809 – Centro – CEP 58013-021 – João Pessoa – PB
Fones: (83) 35332525 / (83) 32213635 – telefax – e-mail: creapb@creapb.org.br - CNPJ nº 08.667.024/0001-00